

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 629 - Brasília, sexta-feira, 30 de janeiro de 1998

## Operações beneficiam estados

O programa de reforma do estado do Rio de Janeiro, que inclui desestatização e melhoria da máquina administrativa, terá crédito de US\$ 250 milhões do Bird, conforme autorização concedida ontem pelo plenário do Senado. A CAE, por sua vez, aprovou quatro operações em benefício dos estados. Páginas 3 e 8

## Semana teve oito matérias aprovadas

Entre decisões importantes da semana está a votação em segundo turno da emenda sobre militares. Página 3



Serra (C) preside a CAE, que alterou proposta contra lavagem de dinheiro

## CAE aprova projeto contra a lavagem de dinheiro

*Proposta prevê pena de reclusão, multa e perda (em favor da União) dos bens objeto do crime*

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem projeto de lei que estabelece pena de reclusão de três a 10 anos, além de multa, para os crimes de lavagem de dinheiro. O condenado também poderá perder para a União os bens e valores objeto do crime. Foi aceita emenda do senador Jefferson Péres incluindo entre esses delitos os crimes contra a ordem tributária.

Projeto do senador Lúcio Alcântara que amplia as situações em que se poderá pedir quebra de sigilo bancário dos acusados de fraude e enriquecimento ilícito volta ao plenário na próxima terça-feira. A CAE analisará sugestões da equipe econômica do governo com vistas ao aprimoramento da proposta. Página 8

## Reforma administrativa já recebeu 23 emendas

A reforma administrativa, que tem hoje seu último dia de discussão em plenário, já recebeu 23 emendas. Essas propostas de mudanças serão examinadas pela Comissão de Justiça do Senado, onde o relator, senador Romero Jucá, apresentará parecer. Ontem, quarto dia de discussão da proposta, a reforma foi analisada, em discursos, pelos senadores Antonio Carlos Valadares, Josaphat Marinho, Humberto Lucena, José Eduardo Dutra, Sebastião Rocha, Romeu Tuma e Ramez Tebet. O dispositivo que trata da fixação dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal gerou debates, com a participação de diversos senadores. Páginas 4 e 5



Entre Ronaldo e Elcio, ACM preside a quarta sessão de debate da reforma administrativa

## Jucá quer apressar os planos de saúde

O senador Romero Jucá (PFL-RR) defendeu ontem que se agilize a votação do projeto sobre os planos de saúde. Ele acredita que, concluindo-se a fase de debate e votação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), é possível que o Senado vote o projeto até abril.

Jucá citou um dos itens do projeto, o reembolso dos recursos pagos pelas empresas de planos de saúde quando seus segurados forem atendidos pela rede pública, ao justificar a relevância do assunto. Ele disse ser esse um aspecto importante na regulamentação da matéria porque, "se de um lado reforça a atuação dos planos de saúde como caminho alternativo ao atendimento de saúde, de outro reforça o caixa do SUS, para que possa atender o cidadão



Romero Jucá: votação até abril que não tem plano de saúde".

Jucá também destacou o acordo firmado entre a Frente Parlamentar da Agricultura, as entidades do setor agrícola e órgãos do governo federal para a renegociação das dívidas de crédito rural. Ele mencionou uma cartilha elaborada pelo gabinete do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que explica a sistemática para o cálculo da atualização das dívidas.

## Atendimento global é falácia, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que transformar planos e seguros-saúde numa forma de atendimento à grande massa da população é "uma injustiça, uma falácia, algo que não tem cabimento". Para o senador, a responsabilidade pela assistência à saúde do povo brasileiro é do governo federal, e somente quem pode pagar deve

ter planos e seguros-saúde.

Lúcio Alcântara criticou a proposta contida no projeto votado na Câmara de criação da figura do plano básico de saúde, que teria um preço mais baixo e seria mais acessível a larga faixa da população. Na avaliação do senador, aí há um engano grande, porque a faixa de menor poder aquisitivo deve ser atendida pelo governo, pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.

O plano básico é um engodo, porque as prestações são mais baixas, as pessoas aderem a ele, mas no dia em que têm um problema sério não serão atendidas - afirmou o senador, para depois dizer que plano e seguro de saúde existem para que a pessoa tenha atendimento nas moléstias de alto custo.



Alcântara: plano básico é engodo

## Benedita vai a seminário de comércio Brasil-África

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) informou ao plenário que representará a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em seminário promovido pela Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) sobre a importância das relações comerciais entre o Brasil e os países africanos, que se realiza hoje.

Benedita da Silva afirmou considerar de extrema importância o estreitamento de relações entre Brasil e África. Lembrou que quando o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, presidia a comissão, foi realizado um seminário sobre o tema.

- A partir daí, buscamos dar continuidade a essa discussão - acrescentou.

Para Benedita, há um número crescente de condições para que as relações do Brasil com a África retomem um lugar de destaque. Ela citou a participação do Brasil no processo de pacificação de Angola e o surgimento da África do Sul como novo parceiro de grande expressão do outro lado do Atlântico, e acrescentou ser importante "envolver" outros países cujas indústrias passam por um processo de transformação e que terão oportunidades maiores de desenvolvimento com uma parceria com o Brasil.



Benedita representará o Senado

## Suassuna cobra redução na taxa de juros para salvar a economia

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez ontem um apelo para que o governo "suste a atual política suicida de juros estratosféricos" que já "quebrou os estados, os municípios e continua produzindo graves estragos a toda a sociedade brasileira".

No entender de Suassuna, as forças produtivas estão submetidas a taxas de juros "absolutamente insustentáveis". Enquanto nos países desenvolvidos a remuneração anual do capital investido é da ordem de 6% e nos países subdesenvolvidos esse teto chega a 12%, a equipe econômica brasileira sinalizou os juros em 40% a.a., protestou.

O senador comparou o Brasil a um enfermo atacado pelo "mal crônico da inflação". Ele reconhece que o remédio Plano Real "fez a febre baixar", mas lamentou os graves efeitos colaterais.

O coquetel receitado consiste na associação de três drogas potentes e perigosas: a abertura desbragada do mercado interno à importação de todo tipo de mercadoria, a sustentação de uma cotação irrealista da moeda (a chamada âncora cambial) e a manutenção das taxas internas de juros muito superiores à de outros países - analisou.



Suassuna: taxas estratosféricas

O resultado dessa "terapia", segundo Suassuna, é que o país precisa oferecer taxas de retorno cada vez mais altas para atrair o capital que necessita para tapar o rombo das contas de mercadorias e serviços. No entanto, ele entende que esse capital que entra no Brasil é cada vez mais volátil.

- Ao menor sinal de ruptura do equilíbrio entre os pratos da balança esse capital pode migrar para outras paragens mais amenas e deixar nosso mercado com as calças na mão - alertou.

Para exemplificar o nível de desorganização econômica produzida pela política de juros altos, Ney Suassuna citou o exemplo do seu estado, a Paraíba, cuja dívida atinge, "graças ao crescimento exponencial dos juros", o patamar de R\$ 1,8 bilhão.

## Saudosismo na Rádio Senado

*Nega do Cabelo Duro*, um dos sucessos atribuídos ao letrista David Nasser, é comentado no programa "A Boa Música do Brasil", que vai ao ar amanhã, às 16h, e domingo, às

22h, na Rádio Senado.

É o programa "Século XX" cria um espaço para o saudosismo, ao relembrar os anos 50 - "Era de Ouro do Rádio".

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

9h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

### PREVISÃO DE TRABALHOS

#### PLENÁRIO

Segunda-feira (02.02.98)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado Terça-feira (03.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: \*PLS nº 219/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 7/95 e 53/97), que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; \*PLS nº 7/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 53/97), que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que especifica; \*PLS nº 53/97 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 7/95), que altera o art. 38 da Lei nº 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 7.492/86

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br



Senadores aprovaram esta semana oito matérias da pauta da convocação. Devem votar Lei Pelé e projetos sobre sigilo bancário e lavagem de dinheiro antes do dia 13

## Plenário trabalha em ritmo acelerado

O plenário do Senado aprovou oito matérias durante esta semana (de 26 a 29 de janeiro), inclusive o segundo turno da emenda constitucional que estabelece o regime constitucional dos militares. Em decisão preliminar, tomada durante a fase de discussão da emenda da reforma administrativa, os senadores consideraram prejudicados dois artigos, que possibilitavam aposentadorias especiais aos magistrados.

A votação da reforma administrativa, em primeiro turno, está prevista para 10 de fevereiro, e o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, já anunciou que antes do final da convocação (13 de fevereiro) o plenário votará a Lei Pelé e os projetos sobre sigilo

bancário e lavagem de dinheiro.

Desde o início da convocação extraordinária do Congresso Nacional, instalada solenemente no dia 6 de janeiro, o plenário do Senado realizou um total de 17 sessões, tendo aprovado 27 das 29 matérias apreciadas.

Entre as matérias aprovadas pelo plenário nesta semana encontram-se também: projeto definindo as condições de realização do serviço voluntário prestado a entidades sem fins lucrativos; a programação monetária do governo federal para o primeiro trimestre deste ano; lei complementar autorizando a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; e projeto instituindo o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

### MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO (de 26 a 30 de janeiro)

Projetos aprovados e enviados à sanção .....	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	3
Projetos aprovados e enviados à Câmara .....	1
Emenda constitucional aprovada em 2º turno .....	1
<b>Total de matérias aprovadas .....</b>	<b>8</b>

### MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO DURANTE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (de 6 a 30 de janeiro)

Projetos aprovados e enviados à sanção .....	8
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	13
Projetos aprovados e enviados à Câmara .....	3
Emenda constitucional aprovada em 2º turno .....	1
<b>Total de matérias aprovadas .....</b>	<b>27</b>
Projetos enviados ao Arquivo .....	2
<b>Total de matérias apreciadas .....</b>	<b>29</b>



Suplicy: pedido de audiência

## Suplicy pede a FHC que receba aposentados

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que encaminhou novo ofício da presidenta da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Maria Machado Costa, ao gabinete da Presidência da República, reiterando pedido de audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, para tratar de questões da reforma da Previdência.

Segundo o senador, o primeiro pedido foi feito no dia 26 de abril de 1997, tendo sido negado. O senador disse que a presidente da Cobap ponderou que será muito importante que a audiência possa ser realizada antes da votação da reforma da Previdência.

## Marina quer o auxílio-natalidade para autônomas

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou ontem projeto de lei estendendo às trabalhadoras que contribuem com autônomas para a Previdência o salário-maternidade, pelo

Marina: direitos

qual a mãe receberá remuneração do INSS por quatro meses. A licença poderá ser requerida 28 dias antes do parto, recebendo o benefício por três meses após o nascimento da criança.

Marina argumenta que não tem sentido recusar a proposta. A senadora lembra que recentemente a lei foi alterada para que as trabalhadoras rurais, seguradas não-obrigatórias, passassem a ter direito aos quatro meses de licença-maternidade, que é paga pela Previdência Social.

## Rio terá recursos para reformar a sua máquina administrativa

O plenário do Senado autorizou ontem o governo do Rio de Janeiro a realizar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de US\$ 250 milhões.

Os recursos serão aplicados no financiamento do Programa de Reforma do Estado, que abrangem a implementação, entre vários outros, dos projetos estratégicos de Desestatização, Melhoria da Arrecadação e Controle dos Gastos Públicos, Rede Estadual de Informações, Centro Administrativo Estadual, Desmobilização Imobiliária, Complexo Portuário In-



Távola: projetos positivos

dustrial de Sepetiba, Plataforma Estadual de Telecomunicações, Transporte Metropolitano de Massa, Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Despoluição da Baía da Guanabara, Fortalecimento dos Pólos Econômicos.

Para a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que declarou seu voto favorável ao pedido, o governo do Rio de Janeiro não comprovou que a relação entre dívidas e receitas do estado esteja em declínio e o projeto não prevê contrapartida estadual. No entanto, frisou, as taxas de juros do empréstimo são muito favoráveis e, entre os vários pro-

jetos estratégicos, há muitos de interesse social. Benedita enfatizou que, com a autorização, exercerá sua responsabilidade de fiscalização da correta aplicação dos recursos.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) salientou que o empréstimo tem uma característica inusitada e interessante: será feito por um governo em final de mandato, para desenvolver projetos de média e longa maturação. Outro aspecto positivo, na opinião do senador, é que os recursos serão também aplicados na reforma administrativa estadual. Ao contrário do que fez, por exemplo, Fernando Collor, que iniciou seu governo com uma reforma administrativa "que cria embaraços até hoje", Marcelo Alencar a fará com "colimação de um trabalho, ao fim do governo", disse.

## Júnia propõe incluir mais 11 municípios na região do DF

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) justificou ontem projeto de sua autoria que prevê a inclusão dos municípios mineiros de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, D. Bosco, Formosa, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Riachinho, Uruana de Minas e Uruçuaia na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

A proposta, esclareceu a senadora, conta com o apoio de toda bancada de Minas Gerais e de Goiás, além de senadores de outros estados. Júnia quer, por meio desse projeto, que aqueles municípios possam receber os benefícios previstos no projeto de autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende (atual ministro da Justiça), que foi aprovado na véspera, e institui a Região Metropolitana do DF.

A senadora ressalta que seu intuito "é o de corrigir uma injustiça cometida contra os municípios que, apesar de integrarem a região do Entorno, ficaram de fora do projeto".



Júnia: entorno

## Senadores acatam emendas e criam o Prêmio Cruz e Sousa

O plenário do Senado acolheu ontem duas emendas feitas pela Câmara dos Deputados ao projeto de resolução de autoria dos senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Esperidião Amin (PPB-SC) que institui o Prêmio Cruz e Sousa, e que havia sido aprovado pelo Senado em 10 de dezembro último. As modificações garantem apoio administrativo da diretoria-geral do Senado ao prêmio e cobertura finan-

ceira, pela Casa, das despesas decorrentes da resolução.

O Prêmio Cruz e Sousa será concedido a trabalhos alusivos à comemoração do centenário do poeta simbolista brasileiro, que será celebrado em março deste ano. O prazo para apresentação dos trabalhos junto à Mesa do Congresso Nacional encerra-se em 19 de março de 1998 e o prêmio será entregue em sessão convocada para esse fim. Pela resolução, será

constituído um conselho para apreciar e selecionar os trabalhos, bem como para definir regras e critérios de apresentação.

Em parecer favorável o senador Otoniel Machado (PMDB-GO) salientou, na Comissão de Educação, que a iniciativa do Congresso é oportuna, pois antecipa-se "às comemorações do centenário de morte daquele que foi o maior dos nossos poetas simbolistas".

## Ademir defende mulher no Supremo



Ademir Andrade

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu ontem proposta de emenda constitucional de sua autoria estabelecendo que "as nomeações para o preenchimento das vagas de ministro do Supremo Tribunal Federal obedecerão a critério de alternância entre homens e mulheres, de modo que não ocorram mais de duas nomeações seguidas de pessoas do mesmo sexo". A proposta altera o artigo 101 da Constituição. Lembrou que foi a constatação de que "no STF não há, e nunca houve, uma única ministra" que originou a proposta e citou o dispositivo da lei eleitoral que fixa critério de reserva de candidaturas para cada sexo.

## Marluce pede apoio a RR contra a seca



Marluce Pinto

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) alertou ontem para o problema da seca em seu estado, afirmando que encaminhou um pedido ao ministro extraordinário de Políticas Regionais, Fernando Catão, para que as prefeituras da capital e do interior sejam atendidas. Ela informou que o ministro já contactou o governador de Roraima, solicitando suas sugestões, assim como dos deputados e senadores do estado, no sentido de minimizar o problema. Ela visitou as comunidades locais e constatou que a situação é precária.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) concordou com Marluce em que os recursos devem ser direcionados para as prefeituras, independente de posição partidária.

Marluce citou ainda a perfuração de vários poços na região de São Marcos, onde vivem 17 comunidades indígenas, como uma medida preventiva contra a seca adotada pelo prefeito de Boa Vista.

*Propostas de alterações no texto aprovado pela Câmara poderão ser apresentadas até hoje, último dia de discussão em plenário. Depois, matéria retorna à CCJ para parecer sobre as mudanças*

# Reforma administrativa já tem 23 emendas

Vinte e três emendas de plenário foram apresentadas até ontem à reforma administrativa, que tem hoje seu último dia de discussão antes de retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, senador Romero Jucá (PFL-RR), apresentará parecer sobre essas novas propostas de mudanças. Os senadores podem apresentar emendas até hoje e a votação da reforma administrativa, em primeiro turno, está marcada para o dia 11 de fevereiro.

Algumas emendas tratam da parte que prevê demissão de servidores públicos. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) quer, por exemplo, eliminar a possibilidade de demissão de funcionários que tiverem bom desempenho em avaliação periódica a ser definida em lei.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pretende eliminar o parágrafo que prevê salários de ser-

vidores em parcela única. Para ele, o parágrafo impede a concessão, por exemplo, de gratificações de produtividade, as quais estimulam a qualidade do trabalho do funcionalismo. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) quer que os delegados de polícia sejam mantidos

*A votação da matéria, em primeiro turno, está prevista para o próximo dia 11 de fevereiro*

como integrantes de carreiras jurídicas correlatas.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) apresentou emenda para impedir que funcionários estivessem demitidos por causa de excesso de gastos da União, estados e municípios (quando os gastos com pessoal ultrapassarem 60% das receitas líquidas). Júnia

pretende também manter o Regime Jurídico Único no serviço público porque, na sua opinião, o fim do RJU fragiliza as relações dos servidores com o Estado.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) tem emenda para que os usuários de serviços públicos opinem no processo de avaliação periódica de desempenho de servidores públicos. Já o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) propõe que os funcionários das áreas típicas de Estado (policiais, diplomatas etc.) recebam salário integral se colocados em disponibilidade. Os outros, de acordo com a reforma administrativa, receberão salários proporcionais ao tempo de serviço.

Por sua vez, os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), João Rocha (PFL-TO) e Epitácio Cafeteira (PPB-MA) encabeçaram emenda que prevê uma gratificação de 30% sobre o salário de funcionário público que, em

condições de pedir aposentadoria, continue trabalhando. Para eles, seria uma forma de manter no serviço público pessoas em pleno vigor intelectual, mas que deixam o trabalho por falta de um atrativo. Lembram ainda que as reformas do governo estão levando a uma corrida à aposentadoria, desfalmando o serviço público de pessoas com grande experiência.

Em outra emenda, Ronaldo Cunha Lima objetiva oferecer ampla defesa e contraditório ao servidor estável que for colocado em lista de demissão por necessidade de redução de gastos. Vários senadores assinaram emenda que suprime a reforma a exigência de que os ministros do STF só possam ter seus salários alterados por iniciativa conjunta dos três Poderes (ver matéria à página 5).

## Ramez Tebet entende que estabilidade não será extinta

No quarto dia de discussão da proposta de emenda constitucional que dispõe sobre a reforma administrativa, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que discorda da interpretação de que a estabilidade do servidor público será extinta com a reforma. Para ele, ao contrário do que esperam estados e municípios, a reforma "não é remédio milagroso para o problema das dívidas daquelas entidades federativas", mesmo porque o instituto da estabilidade é reafirmado na emenda constitucional.

Segundo o senador, a proposta em discussão no plenário do Se-



Tebet: "Critérios para a demissão"

nado reafirma a necessidade de concurso para ingresso no serviço público e estabelece critérios para a demissão de funcionários. No caso de demissão por mau

desempenho, a reforma não traz novidades em relação às normas já vigentes, considerou. Quanto à demissão para cumprimento do limite de 60% de gastos com a folha de pessoal, como determina a Lei Camata, Tebet frisou que a PEC estabelece, antes da demissão de funcionários estáveis, a eliminação de 20% dos cargos de confiança e a demissão de servidores não-estáveis.

Um possível efeito da aprovação da reforma, "que tem muitos pontos positivos e terá meu voto favorável", é a criação de uma espécie de "buraco negro": após a aprovação da lei, a demissão por

mau desempenho ficará dependente de legislação complementar posterior.

Tebet também destacou que a reforma tem um aspecto "curioso", pois determina que o teto máximo dos salários para o serviço público deverá ser fixado por iniciativa conjunta dos presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal: "Tomara que essa experiência seja boa, mas não conheço, no Direito brasileiro, nenhuma lei que tenha de ser assinada por quatro autoridades".

## Tuma quer manter direitos de delegados

O senador Romeu Tuma anunciou ontem, durante as discussões sobre a proposta de reforma administrativa, a apresentação de emenda de redação de sua autoria que mantém os delegados de polícia como integrantes de carreiras jurídicas.

Essa condição, segundo justificou o autor, já era um direito assegurado aos delegados de polícia pela Constituição de 1988, "mas uma falha oriunda da

tramitação da proposta na Câmara excluiu o delegado de polícia das carreiras jurídicas", enfatizou, ressaltando a necessidade de mudança no artigo que promove a exclusão.

Segundo Romeu Tuma, o Supremo Tribunal Federal, "em reiterados pronunciamentos", decidiu que delegados de polícia, defensores públicos e procuradores do estado, "todos agentes políticos, são integrantes de carreiras jurídicas correlatas".



Tuma: direitos assegurados

## TV Senado debate visita do Papa

A recente visita do papa João Paulo II a Cuba é tema de debate transmitido hoje, às 8h e às 20h40, pela TV Senado. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o assessor da CNBB Virgílio Uchoa, que participou da visita papal, analisam a iniciativa de João Paulo II e suas repercussões políticas, econômicas e sociais.



Valadares não concorda com dispositivo da reforma administrativa que prevê a fixação dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal por lei de iniciativa conjunta dos representantes dos três Poderes da União

## Emendas visam manter independência dos Poderes

### Economia apregoada por Bresser Pereira é discutível, alerta Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem que, no jogo para que o Senado não modifique a proposta de reforma administrativa e garanta sua vigência a curto prazo, não se sabe onde está a verdade: se a emenda permitirá às administrações públicas uma economia de R\$ 9 bilhões, como alega o ministro Luís Carlos Bresser Pereira, do Ministério da Administração e Reforma do Estado; ou se, com a aprovação, será muito difícil demitir funcionários estáveis, como argumenta o relator da matéria, senador Romero Jucá (PFL-RR).

- Alguém está enganando alguém - disse.

Para Dutra, os setores responsáveis pela instituição e permanência de um modelo de Estado "patrimonialista, fisiológico e sob o império do compadrio" hoje colocam-se, ironicamente, como arautos da reforma. Ele citou o exemplo do PFL. Conforme o senador, o PT "quer uma reforma do Estado e uma reforma administrativa" e, através de sua bancada, apresentou emendas que, a seu ver, corrigem ab-



Dutra: alguém foi enganado

surdos e incongruências da proposta, todas rejeitadas. Diante disso, o senador anunciou que votará contra a reforma e destacará, para votação em separado, algumas das emendas apresentadas à CCJ.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) opinou que a reforma administrativa não terá o impacto positivo sobre os gastos públicos apregoado pelo ministro Bresser Pereira. Para tê-lo, aprofundaria drasticamente o desemprego no país, pois, por suas contas, para um salário médio de R\$ 500,00 uma economia de R\$ 9 bilhões significaria a demissão de 1,8 milhão de servidores.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem, durante o quarto dia de discussão da reforma administrativa, que apresentou duas emendas a esta proposta com a finalidade de restabelecer o princípio constitucional que prevê a independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Segundo o senador, exigir que o Supremo Tribunal Federal (STF) só possa fixar os subsídios de seus ministros por lei de iniciativa conjunta dos representantes dos três Poderes da União, enquanto não se dá ao Legislativo o mesmo tratamento, "é no mínimo uma grosseria, uma discriminação contra o Judiciário, e fere o princípio da independência entre os Poderes", ressaltou. Por



Valadares vê grosseria

isso, o senador apresentou emenda suprimindo o inciso XV do artigo 48 que contém essa determinação.

- Não é simplesmente a fixação de um subsídio que vai determinar se um Poder é independente ou não. Existe um princípio em que a Cons-

tituição do Brasil se baseia, o princípio da independência entre os Poderes. Subtrair este dispositivo é atentar contra a nossa Constituição - declarou.

Valadares também apresentou emenda à reforma acrescentando um inciso que fixa o subsídio dos ministros do STF por lei de iniciativa deste. De acordo com o senador, esta emenda visa colocar "no mesmo pé de igualdade" os três Poderes quanto à iniciativa de fixação dos subsídios. Em aparte, o senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que assinou as emendas por convicção. "Por achar que esses dispositivos atingem cláusulas pétreas, ferem a Constituição", ressaltou.

### Josaphat Marinho cobra mais respeito ao Supremo Tribunal

A reforma administrativa trata de forma desrespeitosa o STF ao estabelecer que a iniciativa da lei que fixa os subsídios dos ministros será dos presidentes da República, do Senado, da Câmara e do próprio Supremo, disse ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Ele pediu às lideranças partidárias que analisem com atenção esse ponto da matéria, pois, aprovada a emenda, "o Judiciário não será mais um Poder".

- Onde está, antes de tudo, a cortesia? Em segundo lugar, onde está o respeito à Constituição? Estamos dando um tratamento desrespeitoso a uma corte que nos respeita - afirmou.

Josaphat frisou que, na mesma

proposta, a fixação dos subsídios de deputados e senadores está corretamente colocada como de competência exclusiva do Congresso Nacional. No caso do STF, a PEC dispõe que a lei que fixa os subsídios dos ministros seja sancionada. "Para que submeter o STF a essa humilhação?", questionou. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), em aparte, concordou que não há precedente do gênero. Já o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) considerou "estranho" que nenhum ministro tenha-se manifestado sobre o assunto. Em resposta, Josaphat salientou que, pelo que conhece do STF, "não é praxe da corte exercer lobby perante os outros Po-



Josaphat: não à humilhação dos Poderes". Para o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), a iniciativa conjunta só deveria ser exigida em casos de declaração de guerra. "Com o teto máximo estabelecido, cada Poder deve decidir sobre seus subsídios", disse.

### Sebastião Rocha teme demissões em massa

Ao justificar ontem sua decisão de votar contra a proposta de emenda constitucional da reforma administrativa, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que a flexibilização da estabilidade do servidor público é um

equivoco e "permitirá demissões inescrupulosas, ditadas por interesses político-eleitorais".

Na opinião do senador, muitos governadores já reduziram drasticamente o corpo de funcionários de suas administrações, de modo que a reforma seria um passo, agora, para a demissão de servidores estáveis. Ele citou os casos dos governos de São Paulo, que já teria demitido cerca de 120 funcionários não-estáveis, e do Pará, que demitiu em torno de 40 mil.

Sebastião Rocha frisou que votará contra a reforma, mas admite que ela contém pontos positivos, como o de reconhecer os direitos dos servidores dos ex-territórios.



Rocha: atos inescrupulosos

### Humberto Lucena promete lutar para derrotar abusos contra servidores

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) defendeu ontem o estabelecimento, com urgência, de lei complementar destinada a fixar critérios para a questão da demissão por excesso de quadro dentro da reforma administrativa. Ele manifestou apoio à reforma, mas afirmou que votará contra tudo aquilo que possa representar abusos contra os funcionários públicos.

Lucena abordou ainda a necessidade de se fazer a reforma tributária, que se reveste "de suma importância para a reforma do Es-



Lucena: demissões criteriosas

tado, sobretudo no que se refere ao melhor funcionamento da máquina administrativa".

O senador disse lamentar que essa questão tenha ficado de fora da reforma administrativa e enumerou algumas medidas que, segundo ele, são "artifícios" nocivos às finanças públicas, como a prorrogação da CPMF, a instituição e prorrogações do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a chamada Lei Kandir, que, "a pretexto de melhorar os níveis de nossas exportações, trouxe prejuízos à arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) para estados e municípios".

O acordo entre o governo paranaense e a fábrica francesa permite a obtenção de R\$ 1,8 bilhão no Fundo de Desenvolvimento do estado com facilidades inéditas no mercado

## Osmar revela números da Renault no PR

Pelo acordo firmado entre o governo do Paraná e a Renault, a montadora receberá do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná empréstimo no valor de R\$ 1,8 bilhão, a ser pago sem juros e sem correção monetária a partir de junho de 2006, segundo afirmou ontem, em plenário, o senador Osmar Dias (PSDB-PR). Após um ano e meio de tentativas e "não pelas vias normais", o senador disse que finalmente conseguiu acesso ao inteiro teor do acordo, classificado por ele como "uma patifaria". Ele anunciou que encaminharia à CAE requerimento solicitando sua análise técnica por parte da comissão.

Osmar Dias, que prometeu uma análise detalhada do documento em outros pronunciamentos, informou também que, pelo acordo, o governo paranaense assegura à

empresa isenção do ICMS durante 10 anos e a doação de um terreno de 2,5 milhões de metros quadrados. Além disso, o governo comprometeu-se a obter financiamento para a montadora junto ao BNDES, com juros subsidiados.

Isso é uma franquia, pois a Renault entra com o nome e o povo paranaense paga a conta. E isso não está acontecendo só no Paraná, mas apenas lá houve tanta generosidade e esperteza - observou.

O senador reiterou sua posição de que o Senado, através da Comissão de Assuntos Econômicos, "foi negligente" e abriu mão de requisitar o acordo para verificar



Osmar Dias: franquia

se o estado tinha condições de assumir dívidas que acabaram autorizadas pelo plenário da Casa.

Na opinião de Osmar Dias, o governador Jaime Lerner "mentiu" ao dizer que o estado só entraria com R\$ 300 milhões para a instalação da Renault. "Esse valor refere-se apenas à integralização de capital", afirmou.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) enfatizou que, além do empréstimo de R\$ 1,8 bilhão, o estado do Paraná também responsabilizou-se pelo investimento de R\$ 200 milhões, a serem aplicados na infra-estrutura necessária ao funcionamen-

to da montadora.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, Osmar já havia adiantado, pela manhã, a denúncia e também o pedido para a análise do protocolo.

Osmar Dias explicou que o governo paranaense está financiando não só essa montadora, mas os fornecedores e as revendedoras estaduais que comercializarão os automóveis a serem montados. Disse que, pelos cálculos da Renault, esse negócio produzirá 3 mil 600 empregos, o que resultará num dispêndio governamental de R\$500,00 por cada emprego. Ele definiu o negócio como "uma grande patifaria", explicando que a Renault está entrando apenas com o nome, enquanto o povo paranaense está pagando a conta.



João Rocha: linha gigantesca

## João Rocha saúda ligação energética Norte-Sul

O senador João Rocha (PFL-TO) destacou ontem o início das obras de interligação do sistema energético Norte-Sul do país, uma gigantesca linha de transmissão que, indo de Imperatriz a Brasília, estabelecerá a união entre os dois grandes sistemas elétricos brasileiros. No seu estado, o Tocantins, já estão sendo construídas as três grandes subestações de Colinas, Miracema e Gurupi, informou ele.

De acordo com o senador, a interligação Norte-Sul, a ser concluída em dezembro, é uma das mais importantes das 42 iniciativas incluídas pelo governo federal no programa Brasil em Ação. "Trata-se de uma linha muito longa, de 1.276 km, na tensão de 500 quilowatts", salientou.

- Esse elo de ligação nacional, que permitirá que a energia de Xingó e Tucuruí chegue ao Sul e que a energia de Itaipu chegue ao Norte, é uma obra que expressa a competência do Brasil - disse João Rocha, acrescentando que o projeto contará com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Eximbank do Japão, além dos recursos próprios da Eletrobrás.

João Rocha explicou que coexistem hoje no Brasil, totalmente separados, o sistema Norte-Nordeste, com seus pontos focais na usina de Tucuruí e nas do São Francisco, que vai do Pará à Bahia, e o sistema Sul-Sudeste-Centro-Oeste, de Mato Grosso até o Rio Grande do Sul.

- É fácil constatar que o projeto, que vem sendo conduzido pela Eletronorte e por Furnas, traz outros inegáveis benefícios: o desenvolvimento da região abrangida pelas obras é um deles; outro, são as melhorias de fornecimento de energia elétrica ao estado de Tocantins; outro ainda é a viabilização das futuras usinas do rio Tocantins, reduzindo-se o custo de integração dessas usinas ao sistema de transmissão nacional, que agora se vai unificando - disse.

## Amorim acusa governo de Rondônia de contratação ilegal de empresa

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou ontem, em plenário, que o chefe da Casa Civil do governo de Rondônia, José de Almeida Júnior, teria contratado, sem concorrência pública, a empresa Meritum-Projetos e Organizações Ltda. do Rio Grande do Sul para, mediante comissão de 30%, levantar os valores de depósitos feitos indevidamente em contas de FGTS de servidores.

A previsão do governo estadual era arrecadar R\$ 30 milhões das



Amorim: fraude no FGTS

contas de servidores que foram demitidos ou se tornaram estatutários. Segundo o senador, entretanto, "só foram vistas as contas de 4.500 funcionários e a empresa contratada irregularmente levou R\$ 670 mil". Ele acrescentou que em Rondônia existe "um poderoso esquema de fraude contra o FGTS dos

trabalhadores do estado".

- A fraude é comandada pelo chefe da Casa Civil, que é cunhado do governador Valdir Raupp, com a conivência do superintendente da Caixa Econômica Federal de Rondônia, Willian Wagner Ferreira - disse.

Ernandes Amorim informou que encaminhará cópia de sua denúncia ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Em aparte, o senador Odacir Soares (PTB-RO) disse ter conversado sobre o assunto com o governador Valdir Raupp e que este teria dito que a denúncia não procede.

## Palmeira lamenta "onda negativa" sobre Alagoas

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse ontem, em plenário, que parte da mídia de Alagoas estaria "descharacterizando" a realidade dos fatos ocorridos no estado, e lamentou que quando se toca em medidas drásticas adotadas pelo governo "contra o banditismo", a reação da imprensa é desfavorável. "De repente, Alagoas virou estigma do mal, mas os alagoanos, em sua maioria, são bons e o estado tem gente de bem", observou.

- Não vamos permitir que essa nova onda negativa contra Alagoas prospere. Protesto contra o argumento de que a maioria dos políticos de Alagoas estaria conivente com a série de equívocos

que ocorrem atualmente no estado - frisou.

Palmeira se disse convencido de que os problemas serão superados de modo rapidamente possível, porque o governador Manoel Gomes de Barros está tomando providências junto ao Ministério da Justiça e ao governo federal.

Para o senador, os fatos que precederam a recente visita do ministro Iris Rezende a Alagoas e a substituição do secretário de Segurança Pública "terminaram gerando um clima de confronto em torno da apuração de fatos policiais de extrema gravidade". Ele citou as manifestações públicas e coletivas do Tribunal de Justiça do Estado, da Associação dos Magistrados e da OAB-



Palmeira: mídia descharacteriza

AL, "preocupadas em mobilizar a população em favor da paz e da correta apuração de eventos delituosos cuja gravidade não pode ser omitida".

Palmeira solidarizou-se com os magistrados alagoanos pela "coragem pessoal, bravura cívica e qualidades de isenção e equilíbrio no cumprimento de sua nobre missão de controle jurisdicional e legal". Conforme o senador, "os que acusam sem provas devem ser cautelosos para não macular a honra e a dignidade alheias".

## Romeu Tuma lembra os 444 anos de São Paulo

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou o aniversário de 444 anos que a cidade de São Paulo completou no último domingo, dia 25. Tuma destacou o Pálio do Colégio, de onde os jesuítas, liderados pelos padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, fundaram o povoado que viria a se transformar na megalópole que é hoje.

O senador lembrou a magnitude da missa solene celebrada todos os anos pelo cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, por ocasião das comemorações e registrou a presença do governador do estado, Mário Covas, e do prefeito da Capital paulista, Celso Pitta.

Tuma citou, ainda, a publicação de um caderno especial pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título: "Como São Paulo poderia ser", que, em 12 páginas, mostra como a cidade se encontra desfigurada, mas aponta também a beleza que se oculta por trás da poluição visual causada por picadores que danificam ou destroem o patrimônio público. O senador citou ainda um trecho da reportagem segundo o qual "se houvesse boa vontade, imaginação e, principalmente, propósito de mudar, a São Paulo que faz 444 anos hoje teria o que festejar".



Devido às características extra-orçamentárias dos recursos, senador deseja conhecer "o quadro amplo e ao mesmo tempo pormenorizado", para que possa avaliar a destinação do dinheiro

## Cabral exige dados sobre fundo mineral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) encaminhou à Mesa do Senado, ontem, dois requerimentos - um ao ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, e outro ao ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito - sobre a aplicação dos recursos relativos à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

Na justificativa dos requerimentos, Cabral afirma que, desde que foi sancionada a Lei nº 7.990, de 28.12.89, "vultosos recursos financeiros" da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais têm sido destinados a estados, municípios e órgãos federais. O senador afirma ainda que, devido às características extra-orçamentárias desses



Cabral: explicação, mês a mês

recursos, deseja conhecer "o quadro amplo e ao mesmo tempo pormenorizado", a fim de que possa avaliar a atual utilização deles e estudar sugestões de natureza legislativa.

Entre outras informações que Cabral quer obter do ministro Krau-

se estão o total de recursos financeiros previstos naquela lei e recebidos, mês a mês, pelo ministério, a organização institucional para aplicação de tais recursos e sua discriminação, mês a mês, desde dezembro de 1989, nos diversos planos, programas e projetos do ministério. O senador quer saber ainda quais os resultados práticos, em termos de benefício/custo, e os objetivos alcançados com a aplicação daqueles recursos financeiros.

Ao ministro de Minas e Energia, Cabral pergunta, entre outras coisas, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) operacionaliza os critérios estabelecidos na lei para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, qual a quantidade

estado e município, como são prestadas as contas desses recursos financeiros e quais os órgãos envolvidos, a organização institucional, a legislação completa, as normas e as etapas de tramitação desde a apropriação dos valores até a liberação dos recursos financeiros.

Cabral citou notícia publicada no último dia 8 pela *Gazeta Mercantil*, dando conta de que as empresas mineradoras contestam o pagamento da Compensação Financeira, da qual 23% destinam-se aos estados, 65% aos municípios e 12% à União. O senador esclareceu, em seguida, que os requerimentos visam a "melhor aclarar o montante destes recursos, a sua aplicação e as dificuldades judiciais atualmente enfrentadas".



O embaixador Michelangelo Jacobucci com o presidente do Senado



Antonio Carlos recebe o governador Siqueira Campos

## ACM recebe embaixador da Itália e governador do TO

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência na tarde de ontem o embaixador da Itália, Michelangelo Jacobucci, que veio tratar dos preparativos da vinda ao Brasil do primeiro-ministro de seu país, Romano Prodi. A comitiva de Prodi inclui o ministro das Telecomunicações, Antonio Maccanico, que vem para a assinatura de acordos no setor, inclusive sobre a cooperação na área de educação pela TV.

Antonio Carlos também recebeu, para uma visita de cortesia, o governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos.

## Trabalhadores recorrem contra fim de contrato

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu também ontem à tarde uma comissão representando seis mil trabalhadores empregados no combate à dengue no Rio de Janeiro, que pediram apoio à manutenção do seu contrato com a Fundação Nacional de Saúde, à qual estão vinculados.

Acompanhados da deputada Laura Carneiro, os trabalha-

dores expuseram ao senador que a não-renovação do contrato, além de gerar desemprego e agravar o sério problema social já existente, comprometerá uma atividade indispensável à saúde pública.

Antonio Carlos comprometeu-se a apoiar a reivindicação junto às autoridades competentes, em particular o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque.



## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

7h - Entrevista com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sobre a criação da Região Metropolitana do Distrito Federal e Entorno  
7h30 - "Jornal da Amazônia"  
8h - Debate entre o senador Eduardo Suplicy (PT-SPI) e o Pe. Virgílio Uchoa, da CNBB, sobre a visita do papa a Cuba  
9h00 - Sessão plenária (ao vivo)  
Logo após: Comissão de Educação - discussão e votação do projeto de lei que legaliza o serviço Rádio Difusão Comunitária (reapresentação)  
14h30 - Sessão plenária (reapresentação)  
19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT)  
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"  
20h35 - "Senado em Pauta"  
20h40 - Debate entre o senador Eduardo Suplicy (PT-SPI) e o Pe. Virgílio Uchoa, da CNBB, sobre a visita do papa a Cuba  
21h30 - "Fala Cidadão"  
0h30 - Telejornal "Resumo da Semana"  
2h30 - Sessão plenária  
6h30 - Telejornal "Resumo da Semana"  
6h40 - Senado em Pauta (reapresentação)  
Obs: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais. Programação sujeita a alterações.

### DESTAQUES DO FIM DE SEMANA

SABADO  
14h30 - Sessão plenária de 27/01 - discussão e votação, em segundo turno, da proposta que diferencia o servidor militar do civil (reapresentação)  
DOMINGO  
14h30 - Sessão plenária de 28/01 - discussão e votação do projeto de lei que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)  
8h45 - "Plenário em Revista"  
9h - Sessão plenária  
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)  
14h30 - Retransmissão da sessão plenária  
19h - "A Voz do Brasil"  
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)  
0h - Retransmissão da sessão plenária  
SABADO  
8h - Resenha da semana (plenário)  
10h - Resenha da semana (comissões/presidência)  
10h30 - "Autores e Livros" - com a apresentação da professora Margarina Patriota, o programa traz o poeta e ensaísta Cassiano  
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - No programa, um gênero musical da Espanha: Zarzuelas - apresentação do senador Artur da Távola  
15h - Resenha da semana (plenário)  
16h - "A Música do Brasil" - Um especial sobre o jornalista, escritor e letrado David Nassier. Apresentação do senador Artur da Távola  
22h - "Século XX" - Os anos JK, a Bossa Nova, o aparecimento do Cinema Novo, o apogeu do Rádio. Também no programa, as vozes de Cauby Peixoto e Dóris Monteiro  
DOMINGO  
8h - Resenha da semana (plenário)  
10h - Resenha da semana (comissões/presidência)  
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)  
15h - Resenha da semana (plenário)  
16h - Resenha da semana (plenário)  
17h - "Século XX" (reprise)  
19h30 - "Autores e Livros" (reprise)  
22h - "A Música do Brasil" (reprise)

NOS INTERVALOS DA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO FIM DE SEMANA, O MELHOR DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA E NOTAS INFORMATIVAS.

*Proposta prevê reclusão de três a 10 anos, além de multa, para quem dissimular a origem de valores provenientes de atividades ilícitas como tráfico de drogas ou crime contra a administração*

## CAE aprova projeto contra lavagem de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o parecer do senador Levy Dias (PPB-MS) favorável ao projeto de lei de iniciativa do Executivo, já votado na Câmara, que fixa penas para os crimes de lavagem de dinheiro. Foi aceita emenda do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) incluindo entre esses delitos os crimes contra a ordem tributária. O projeto agora vai a plenário.

O projeto estabelece pena de reclusão de três a dez anos, além de multa, para quem ocultar ou dissimular a origem de valores provenientes de tráfico de drogas ou armas, terrorismo, contrabando, extorsão mediante seqüestro, crime contra a administração, o sistema financeiro e a ordem tributária ou praticado por organização criminosa.

Outro efeito da condenação é a perda, em favor da União, dos bens, direitos e valores objeto do crime de lavagem de dinheiro. Está prevista também a interdição do exercício de cargo ou função pública dos infratores dessa lei. A interdição será pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada. O projeto cria, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Atividades Financeiras (Coaf), com a finalidade de identificar as ocorrências suspeitas de lavagem de dinheiro, sem prejuízo da competência de outros órgãos.

Ao enviar a proposição para o Legislativo, o governo atendeu a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a começar pela Convenção de Viena. Para o cumprimento dessa lei, o projeto enfatiza a necessidade de colaboração das bolsas de valores e de mercadorias ou futuros, seguradoras, corretoras de seguros, entidades de previdência complementar ou de capitalização, administradoras de cartões de crédito, empresas de leasing e de factoring e outras pessoas físicas e jurídicas.

A emenda do senador Jefferson Péres, além de contemplar os crimes contra a ordem tributária, aumenta a pena quando o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa. Argumentou que a não-inclusão dos crimes contra a ordem tributária permitiria uma válvula de escape por onde passariam não só grandes criminosos, como sonegadores contumazes, entre os quais aqueles que se conformariam em serem taxados de sonegadores, por ser esse um crime socialmente perdável.



Os senadores Lúcio Alcântara, José Serra e Levy Dias, da CAE: em pauta, a lavagem de dinheiro

## Comissão vai ouvir diretores da Aneel, Anatel e Cade

Aprovando requerimento do senador Esperidião Amin (PPB-SC), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu convidar o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Navarro Guerreiro, e o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, para comparecerem à comissão.

Amin quer sanar dúvidas sobre a cisão das empresas de telecomunicações e sobre suprimento de energia, e se isso vai provocar êxodo de tributos e quais serão as consequências da falta de prestação de serviços de energia, como aqueles a cargo da Light e da Cerp.

Foi aprovado requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando o depoimento do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre o relatório anual das atividades desta autarquia. O senador sugeriu que esse depoimento seja realizado anualmente, para que a CAE acompanhe o desempenho do Cade. Ele disse que o Cade terá papel cada vez



Amin quer esclarecimentos

mais importante na prática da livre concorrência e lembrou que, entre as atividades desse órgão, está a prevenção e repressão das infrações à ordem econômica; a análise das fusões e aquisições, notadamente as decorrentes do Programa Nacional de Desestatização; e a difusão da cultura da concorrência. Alcântara também sugeriu que o relatório anual das atividades do Cade seja amplamente divulgado, com a colaboração do Senado, como forma de prestação de contas à coletividade, que é titular dos bens protegidos pela lei de defesa da concorrência.

## Sigilo bancário volta ao plenário na terça-feira

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que amplia as situações em que se poderá pedir quebra de sigilo bancário dos acusados de fraudes ou enriquecimento ilícito volta ao plenário na próxima terça-feira. A proposta, com substitutivo do senador Jefferson Péres, esteve na pauta da última quarta-feira, mas discussão e votação foram adiadas a pedido da equipe econômica, que teme repercussões negativas entre investidores estrangeiros.

As sugestões que a equipe econômica fizer serão analisadas na própria terça-feira na CAE. O projeto estende às assembleias legislativas, câmaras de vereadores e tribunais de contas o direito de pedir informações bancárias sigilosas. Atualmente, só o Congresso e o Banco Central têm esse direito. O substitutivo determina ainda que a Receita Federal poderá pedir aos bancos os nomes de pessoas que fizerem movimentos acima de valores a serem fixados.

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) anunciou que entregará segunda-feira o relatório sobre o projeto que disciplina o sigilo bancário. O presidente da CAE, senador José Serra (PSDB-SP), sugeriu que o projeto impeça tribunais de contas, assembleias legislativas e câmaras de vereadores de quebrarem sigilo bancário.

## Operações ajudam no ajuste fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou pareceres favoráveis a autorização solicitada pelo governo do Pará com o objetivo de contratar operação de crédito junto à CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 24.211.332,47, destinados à aquisição de débitos daquele estado.

Relator da matéria, o senador Lúcio Alcântara explicou que não se trata de nova captação de recursos financeiros, mas apenas de uma substituição de credores, com especial vantagem para o estado, que terá alongado o prazo de sua dívida e reduzido encargos financeiros a ela associados.

O senador Esperidião Amin votou a favor da matéria, mas lamentando não ter o Senado criado a taxa de referência para as antecipações de receita. Votaram contra os senadores Lúcio Coelho (PSDB-MS), Osmar Dias (PSDB-PR) e Wilson Kleinübing.

A CAE também acolheu solicitação do governo do Espírito Santo para contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 26.041.331,49, destinados à aquisição de débitos daquele estado. Amin definiu essa operação, aprovada pela CAE, como uma "operação ponte", que proporcionará as condições necessárias para o refinanciamento das dívidas daquele estado.

Na mesma reunião, foi aprovado parecer favorável a solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BID, no valor de US\$ 57 milhões, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal. Aprovado também pedido para o governo contratar operação de crédito externo de US\$155 milhões, junto ao Bird, para o financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia.

A CAE acolheu parecer favorável a autorização para o governo da Paraíba contratar operação junto ao Bird, com garantia da União, no valor de US\$ 60 milhões, destinados a financiar parte do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. E aprovou solicitação do governo de Mato Grosso para emitir letras financeiras destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre. As aprovações dependem de deliberação do plenário do Senado.